

**ATA 2076ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**  
**DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

1 Aos onze dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às nove horas e quarenta e cinco  
2 minutos, realizou-se a segunda milésima septuagésima sexta reunião Plenária Ordinária  
3 do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim,  
4 oitenta e nove. Estiveram presentes 13 (treze) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os  
5 e suplentes, a seguir indicadas/os: Edgar Rodrigues, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira,  
6 Larissa Gomes Ornelas Pedott, Luciana Stoppa dos Santos, Maria Rozineti Gonçalves,  
7 Monalisa Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo  
8 Toledo, Beatriz Marques de Mattos, Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira e  
9 Rodrigo Fernando Presotto conforme lista de presença anexa, onde constam os registros  
10 de horários de ingresso e saída do quórum das/os conselheiras/os, conforme decisão da  
11 1973ª Plenária Ordinária, de 13 de maio de 2017. Também estiveram presentes a  
12 representante da Subsede de Vale do Paraíba e Litoral Norte, Ariana Aparecida dos  
13 Santos, e as Psicólogas/os Analistas Técnicas/os (PAT) e Superior (PAS), Clarisse Galvão  
14 de Castro, Erika Murata Kanashiro Augusto, Gabriele da Silva Freire, Luiza Figueiró Petry,  
15 Rafael Nogueira Furtado, Rafael Santos Barboza, Rafaela Abreu Souza dos Santos,  
16 Rodrigo de Souza Araújo. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1) *Justificativas de***  
17 ***Ausência*** – Foram registradas as justificativas de ausência das/os conselheiras/os Maria  
18 das Graças Mazarin de Araújo, Suely Castaldi Ortiz da Silva, Beatriz Borges Brambilla, Ed  
19 Otsuka, Magna Barboza Damasceno, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo  
20 Guarnieri e Mary Ueta. Registra-se, ainda, que estão afastadas/os as/os conselheiras/os  
21 Aristeu Bertelli da Silva, Clarice Pimentel Paulon e Bruna Lavinias Jardim Falleiros,  
22 conforme homologado na 2068ª Plenária Ordinária, de 16 de março de 2019 e que estão  
23 licenciadas/os as/os conselheiras/os Evelyn Sayeg, conforme homologado na 2051ª  
24 Plenária Ordinária, de 20 de outubro de 2018, Vinicius Cesca de Lima e Mauricio Marinho  
25 Iwai, conforme homologado na 2068ª Plenária Ordinária, de 16 de março de 2019. **1.2)**  
26 ***Oficinas de Mediação*** – Rodrigo Toledo comenta que fizeram a revisão das datas em que  
27 ocorrerão as Oficinas de Mediação, conforme havia sido discutido na última Plenária  
28 Ordinária. O calendário: Campinas – 25 de julho, à tarde; Ribeirão Preto – 26 de julho, pela  
29 manhã; Bauru – 26 de julho, à noite; Assis – 27 de julho, pela manhã; Grande ABC – 27 de  
30 junho, à noite; Baixada Santista e Vale do Ribeira – 1º de julho, à noite; Vale do Paraíba e  
31 Litoral Norte - 30 de julho, à noite; Sorocaba – 10 de junho, pela manhã; São José do Rio  
32 Preto – 03 de agosto, pela manhã. A Oficina de São José do Rio Preto será acompanhada

33 pela conselheira Regiane Aparecida Piva. **1.3) II Seminário Internacional da Ulapsi (de**  
34 **1º a 5/07/19, em Recife-PE)** – Rodrigo Toledo recorda que na última plenária discutiram a  
35 delegação do CRP SP que comporá as atividades da Ulapsi. Há uma mesa que o  
36 Conselho Federal de Psicologia estava propondo, para que discutissem mediação no  
37 Seminário. Porém, a Diretoria do CFP desistiu de propor essa atividade, por entender que  
38 caberia essa discussão no Encontro da ABEP. Ainda estão em tratativas internas, mas  
39 provavelmente, a atividade não será mais realizada. O prazo para inscrição de atividades  
40 se encerra na segunda-feira e essa atividade ainda não está inscrita. Relata que o CRP SP  
41 já fez sua inscrição, porque ele participaria dessa atividade. Apresenta duas propostas: 1)  
42 o CRP SP submeter essa atividade, mas na categoria “Comunicação Oral”, levando a  
43 cartilha. 2) realizar o lançamento do Caderno Temático de História e Memória, que ainda  
44 está em processo de finalização. **Considerações do plenário:** 1) Luciana Stoppa dos  
45 Santos considera que as atividades propostas são interessantes. Entende que o Caderno  
46 de História e Memória tem relação com a história da Psicologia na América Latina.  
47 Considerando o papel do Congresso, seria uma atividade muito importante. Entende que  
48 as duas atividades propostas podem ser submetidas. 2) Rodrigo Toledo ressalta que as  
49 atividades precisam ser submetidas até segunda-feira, 13 de maio. **Encaminhamento:** O  
50 plenário aprova que as duas atividades propostas sejam submetidas, para serem  
51 apresentadas no II Seminário Internacional da Ulapsi. **1.4) Escola Estadual Professor**  
52 **Raul Brasil (Suzano – SP)** - Maria Rozineti Gonçalves comenta que conversaram sobre  
53 interromper, momentaneamente, as ações na Escola Estadual Professor Raul Brasil, a fim  
54 de que pudessem elaborar um plano de ação. Ainda que estejam no fim da gestão,  
55 entendem que as ações se estenderão por mais tempo. Fizeram orientações junto à  
56 Assistência Social, à Saúde. Há outras ações que envolvem mais o Núcleo Educação e  
57 Medicalização, relacionadas à escola, especificamente, junto ao Instituto de Psicologia.  
58 Realizaram rodas de conversa dentro da escola. Ocorreu uma reunião na última segunda-  
59 feira, junto com a USP, UNICAMP e Abrapee, onde haveria proposições para os próximos  
60 passos. Há insatisfação por parte dos profissionais da saúde em Suzano, com relação a  
61 terem muitas promessas, mas sem concretizações e atravessamentos do poder público  
62 sobre as ações das/os psicólogas/os, e causando desconforto pelo fato de o CRP SP estar  
63 junto no diálogo com as universidades, entidades e o governo. Considera que a  
64 participação do CRP SP foi importante para pontuar, pelo campo da Psicologia, do que  
65 seriam responsáveis, por meio das referências técnicas para atuação da/o psicóloga/o na  
66 educação básica. Relata que tem tido pouco diálogo com o Núcleo Emergências e  
67 Desastres. Defende que seja feita reunião internúcleos no CRP SP. **Considerações do**

68 plenário: 1) Luciana Stoppa dos Santos entende que o trabalho que o CRP SP deve  
69 executar nesse contexto é outro, de controle social, de apoio à categoria com orientações,  
70 de articulação com os gestores. O CRP SP acabou se colocando em um lugar de  
71 assistência, que não lhe cabe. 2) Reginaldo Branco da Silva relata que o Núcleo  
72 Emergências e Desastres está com dificuldades de funcionamento, tem poucos  
73 participantes e participação. Quando ocorreu a tragédia, entraram em contato com a rede  
74 de saúde mental do município e se colocaram à disposição para dialogar com as/os  
75 profissionais, com orientações. Pediram a reimpressão da Nota Técnica sobre  
76 emergências e desastres. 3) Rodrigo Toledo concorda que o lugar institucional do CRP SP  
77 em relação a essa ocorrência em Suzano deve ser outro. Podem dialogar com as equipes  
78 da rede do município, mas também com as/os profissionais que estão realizando os  
79 atendimentos. 4) Maria Rozineti Gonçalves relata que o CRP SP também está participando  
80 do planejamento das ações na escola, mas que quem conduz o processo é a USP. 5)  
81 Reginaldo Branco da Silva relata que anunciaram a contratação de psicólogas/os em  
82 Suzano e que entende que o CRP SP deveria ser envolvido no processo, no sentido de  
83 acompanhar as contratações e cobrar a estrutura necessária. 6) Regiane Aparecida Piva  
84 informa que a COF dialogou com a Saúde do Município. Podem levantar as questões de  
85 Emergências e Desastres nas Políticas Públicas e as questões de ética. 7) Larissa Ornelas  
86 comenta que estão pensando em utilizar o espaço da nova Subsede, do Alto Tiête, para  
87 realizar um evento sobre o tema, com participação do Ministério Público, da academia, do  
88 NAAPA - Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem e da rede local. 8)  
89 Luciana Stoppa dos Santos considera que podem reiterar a oferta que já foi realizada à  
90 rede do município de ajuda técnica, para um plano de enfrentamento à situação que o  
91 município vive. **1.5) Apresentação das novas Psicólogas Analistas Técnicas – PATs –**  
92 Luciana Stoppa dos Santos comenta que na última semana iniciaram no CRP SP as/os  
93 novas/os PATs – Psicólogas/os Analistas Técnicas/os e da nova PAS - Psicóloga. Durante  
94 toda a semana participaram de treinamento. A Diretoria participou de parte da atividade de  
95 sexta-feira. Foram convidadas/os a participarem desta plenária a fim de se apresentarem e  
96 conhecerem o plenário. Estiveram presentes Clarisse Galvão de Castro, Erika Murata  
97 Kanashiro Nishimura, Fernanda Carla de Moraes Augusto, Gabriele da Silva Freire, Luiza  
98 Figueiró Petry, Rafael Nogueira Furtado, Rafael Santos Barboza, Rafaela Abreu Souza dos  
99 Santos e Rodrigo de Souza Araujo. Não puderam participar as novas contratadas Andrea  
100 Gobato Quintavalle (Subsede Sorocaba), Karina Torri Delgado Marinho (Subsede  
101 Campinas) e Camila Alves Innecco. As/Os conselheiras presentes se apresentam às/aos  
102 novas/os funcionárias/os, informando suas funções pelo plenário, bem como suas

103 experiências profissionais e acadêmicas. As/Os novas funcionárias/os também se  
104 apresentam informando suas trajetórias. **1.6) Tablets da COE** – Rodrigo Toledo informa  
105 que já receberam os 15 (quinze) tablets que serão utilizados nas plenárias de julgamento.  
106 Eles estão sendo configurados. Na licitação, pediam para que fosse com canetas. Mas o  
107 valor com as canetas fazia com que o custo do tablet fosse o dobro do preço. Assim,  
108 decidiu-se por utilizar tablets sem caneta. Mas a tela é grande e será de fácil manuseio.  
109 Estão cotando seguro e material de proteção. Em breve, passarão a ser utilizados nas  
110 plenárias de julgamento. **II) APROVAÇÃO DAS ATAS DAS PLENÁRIAS ORDINÁRIAS**  
111 **2033ª (19/05/18) E 2072ª (27/04/19)** – Guilherme Raggi informa que encaminharam, por e-  
112 mail, duas atas nas últimas duas semanas para leitura do plenário. Questiona se o plenário  
113 gostaria de mais tempo para leitura ou se já se sente confortável em aprová-las neste  
114 momento. Regiane Aparecida Piva havia encaminhado uma alteração que já foi  
115 considerada no texto da minuta da ata da 2072ª Plenária Ordinária. **Encaminhamento:** O  
116 plenário aprova as atas das Plenárias 2033ª (19/05/18) e 2072ª (27/04/19), com a  
117 alteração proposta pela conselheira Regiane Aparecida Piva. **III) APRECIÇÃO DE**  
118 **PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA** - Guilherme Raggi submete ao plenário a  
119 apreciação dos processos das pessoas física e jurídica inscritas nesse CRP SP.  
120 **Encaminhamento:** Foram subscritos os seguintes processos: Pessoa Física – 243  
121 (duzentas e quarenta e três) novas inscrições, 54 (cinquenta e quatro) reativações, 05  
122 (cinco) inscrições secundárias, 30 (trinta) inscrições por transferência, 01 (um) suspensão  
123 da solicitação por transferência e 05 (cinco) cancelamentos de inscrição secundária.  
124 Pessoa Jurídica - 42 (quarenta e dois) registros, 08 (oito) cadastros, 01 (uma) alteração  
125 contratual e 07 (sete) cancelamentos a pedido. Total geral dos processos analisados: 396  
126 (trezentos e noventa e seis), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **IV)**  
127 **APRECIÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA** – Guilherme Rodrigues Raggi Pereira  
128 submete os processos de solicitação de título de especialista para apreciação do plenário.  
129 **Encaminhamento:** Na modalidade Residência Multiprofissional deferiu-se 01 (um) na área  
130 de Saúde. Na modalidade Cursos Credenciados deferiu-se 02 (dois) na área do Trânsito,  
131 04 (quatro) na área de Psicologia Clínica, 01 (um) na área de Psicologia Hospitalar. Na  
132 modalidade Cursos IES deferiu-se 4 (quatro) na área de Psicologia Organizacional e do  
133 Trabalho, 13 (treze) na área do Trânsito, 01 (um) na área de Psicologia Jurídica, 12 (doze)  
134 na área de Psicologia Clínica, 03 (três) na área de Psicologia Hospitalar, 02 (dois) na área  
135 de Psicopedagogia, 06 (seis) na área de Neuropsicologia e 01 (um) na área de Saúde. Na  
136 modalidade Concurso deferiu-se 01 (um) na área de Psicologia Jurídica e do 01 (um) na  
137 área de Neuropsicologia. Assim, o total geral é de 52 (cinquenta e dois) títulos de

138 especialistas ratificados e deferidos conforme folha anexa que é parte integrante desta ata.  
139 **V) COMISSÃO DE ÉTICA – COE - 5.1) Resolução CFP 06/19 – Oficinas -** Rodrigo  
140 Toledo informa que há a nova resolução de Documentos Escritos, Resolução CFP n°  
141 06/19. E a COE já tinha feito um trabalho, para o qual deram continuidade que são as  
142 Oficinas de Documentos Escritos. A COE, em momento anterior, sistematizou alguns  
143 documentos antigos e elaborou um documento de orientação padronizado que pudesse  
144 circular por todos os espaços do Conselho. Diferente de como era realizado anteriormente,  
145 quando cada região realizava orientação de uma forma. A nova resolução tem muitas  
146 alterações, como novos entendimentos sobre a produção de alguns documentos. A COE e  
147 COF ainda não conseguiram se reunir para discutirem essa resolução. Em geral, as  
148 alterações são mais textuais, sem alterar o mérito. Na COE, estão se organizando para  
149 quando houver a implementação do novo CPD e, por isso, estavam aguardando orientação  
150 para realizarem as oficinas. Porém, algumas subsedes estão solicitando que seja realizada  
151 a oficina na região. Assim, propõe que seja composto um Grupo de Trabalho (GT) com o  
152 objetivo de estudar a Resolução e fazer uma síntese de uma oficina e que, posteriormente,  
153 possa se tornar um documento oficial do CRP SP, sobre a realização dessas oficinas. A  
154 COE, no momento, não conseguiria se responsabilizar por isso sozinha. A Resolução CFP  
155 n° 06/19 entra em vigor em 1° de julho de 2019. Considerações do plenário: 1) O plenário  
156 considera importante que sejam indicadas pessoas atuantes nas políticas públicas, da área  
157 da Justiça, do trânsito e representante das subsedes. Indica-se Leandro Gabarra, uma vez  
158 que ele ajudou a construir a primeira oficina sobre o tema, Patrícia Bataglia, Regiane  
159 Aparecida Piva, Maria Cristina Pellini, Edgar Rodrigues, Rodrigo Toledo, Beatriz Marques  
160 Mattos e Larissa Pedott. 2) Regiane Aparecida Piva comenta que ocorrerá uma reunião em  
161 Brasília em que Rodrigo Toledo participará representando o CRP SP. Relata que  
162 encaminharão um e-mail para as PATs das subsedes solicitando que relatem quais os  
163 problemas, dúvidas e críticas elas têm em relação a essa Resolução. A resposta precisa  
164 ser enviada para Karen Dotto, até o dia 15 de maio. Essas respostas subsidiarão a  
165 representação de Rodrigo Toledo. 3) Rodrigo Toledo sugere que o GT faça uma reunião  
166 de planejamento do trabalho do grupo. Essa primeira reunião poderia ser por *Skype*.  
167 **Encaminhamento: 1)** O plenário aprova a constituição de um GT, composto por Leandro  
168 Gabarra, Patrícia Bataglia, Regiane Aparecida Piva, Maria Cristina Pellini, Edgar  
169 Rodrigues, Rodrigo Toledo, Beatriz Marques Mattos e Larissa Pedott. A primeira reunião,  
170 de organização, será dia 17 de maio. **2)** Será encaminhado e-mail as para PATs das  
171 subsedes, pedindo colaboração em relação a que problemas, dúvidas, críticas e elogios  
172 que elas têm sobre a nova resolução. O prazo para resposta é quarta-feira, 15/05/2019.

173 Essas informações subsidiarão a representação de Rodrigo Toledo em reunião que será  
174 realizada em Brasília sobre a Resolução. **5.2) Informe - Mediação** – Rodrigo Toledo  
175 comenta que a Resolução de Mediação permite que os processos éticos sejam  
176 encaminhados em qualquer etapa para mediação. Desde a representação até o  
177 julgamento. É omissa quanto a ser somente em fase decisória. Quando assumiu a  
178 Comissão de Ética, houve o entendimento de que cabia a Comissão de Ética essa  
179 indicação e vinham atuando dessa forma. Em uma plenária ética realizada a algum tempo,  
180 discutiram a questão e decidiram evitar realizar o encaminhamento para mediação a partir  
181 apenas do despacho de conselheiro da COE. Mas, mesmo a partir disso, seguiram  
182 encaminhando para mediação com base apenas em despacho da/o conselheira/o da COE.  
183 Em uma discussão sobre o número excessivo de processos éticos para julgamento, uma  
184 das estratégias pensadas foi de encaminhar os processos possíveis para mediação. Em  
185 um desses casos, uma conselheira notou que estavam encaminhando apenas com o  
186 despacho da/o conselheira/o e o questionou sobre isso. Assim, traz o assunto para ratificar  
187 que possam continuar encaminhando para mediação a partir do despacho de uma/um  
188 conselheira/o da COE, considerando a quantidade de processos em trâmite. Alguns  
189 processos, pelo acúmulo da Câmara de Mediação, entendem que haverá mais  
190 possibilidade de serem mediados e resolvidos antes de irem para julgamento.  
191 Considerações do plenário: 1) Reginaldo Branco da Silva pondera que, normalmente,  
192 quando enviam processos para mediação, já há a sugestão das técnicas da COE. Algumas  
193 vezes não concordam com sugestão e não encaminham. 2) Regiane Aparecida Piva  
194 pontua que defende a conciliação, mas que tem muitas críticas a resolução de mediação  
195 aprovada. Foi a única que votou contra a aprovação da resolução na APAF. Sempre que  
196 possível participa das mediações de *Ex-Officio*. Não colocariam restrições naquilo que  
197 seria encaminhado para mediação. Não considera que seja adequado que uma/um única/o  
198 conselheira/o de COE faça o encaminhamento para mediação, entende ser melhor quando  
199 é feito por um coletivo – não precisando ser a plenária, podendo ser a Comissão de  
200 Instrução, por exemplo. É importante justificar porque está sendo encaminhado para  
201 mediação. O plenário pode aprovar que seja encaminhado para mediação via despacho de  
202 conselheira/o de COE, mas que seja para esse momento de exceção, mas que seja  
203 colocada a importância da justificativa. Porque já se deparou com caso que as informações  
204 ficaram perdidas e ficava complicado entender o motivo de ter sido encaminhado para  
205 mediação. Defende a proposta de Rodrigo Toledo, mas que, caso não haja risco de  
206 prescrição, que continuem realizando a análise e justificativa. Precisam amadurecer a  
207 questão quando se trata de *Ex-Officio*, talvez, inclusive, aumentar o número de

208 colaboradoras/es de COF. **Encaminhamento:** O plenário aprova que, neste momento,  
209 as/os conselheiras/os de COE podem continuar encaminhando para mediação os  
210 processos éticos, mesmo que sejam logo quando a COE recebe a representação. Caso  
211 surjam dúvidas, o assunto deve ser encaminhado para a Plenária. **5.3) Código de ética -**  
212 Rodrigo Toledo recorda que realizaram a impressão de 20 mil exemplares do Código de  
213 Ética. Na época, houve questionamentos sobre como lidariam com essa grande  
214 quantidade, mas eles já acabaram. Farão uma impressão de mais 7 mil exemplares, que  
215 entendem que será suficiente para utilizarem até o fim desta gestão. Relata que esse  
216 documento está sendo impresso com um texto de apresentação do CRP SP para esta  
217 edição do Código, bem como, na última página, a apresentação das conselheiras/os, com  
218 a composição da Diretoria anterior, bem como da presidência da COE e da composição da  
219 Comissão de Comunicação. Considerações do plenário: 1) Edgar Rodrigues pondera que,  
220 caso retirem o nome das/os conselheiras/os que compõem o plenário, podem imprimir uma  
221 quantidade maior do que 7 mil exemplares, porque ficaria atemporal. 2) Ivana do Carmo  
222 Souza, considerando que o Código de Ética é distribuído nas entregas de CIP, considera a  
223 quantidade de impressão sugerida pequena. 3) Guilherme Raggi pondera que o grande  
224 período de novas inscrições já passou, portanto, considera o número suficiente. Além  
225 disso, as 7 mil unidades ficariam em um valor que dispensaria licitação. Caso desejem  
226 imprimir uma quantidade muito maior, será necessário licitar e não há tempo suficiente.  
227 **Encaminhamento:** O plenário aprova a reimpressão na quantidade limite cujo valor não  
228 exija licitação. A edição será comemorativa aos 20 anos da Resolução 01/99 e contará  
229 com um texto de apresentação sobre isso e o texto da Resolução, além do próprio Código  
230 de Ética. O texto de apresentação será revisto pela Comunicação (conselheira Ivani  
231 Francisco de Oliveira e coordenadora de relações externas, Cristiana Fernandes). Na  
232 capa, será incluído o desenho “pin” da resolução. Após o texto estar pronto, deve ser  
233 encaminhado para a coordenação do Núcleo, para aprovação e possíveis sugestões.  
234 As/Os conselheiras/os que compõem o plenário devem ter seus nomes indicados em  
235 ordem alfabética, sem distinção de titularidade e suplência e sem destacar a Diretoria ou  
236 presidência de Comissões. **VI) JORNAL PSI (EDIÇÃO 196)** – Luciana Stoppa dos Santos  
237 informa que é necessário definirem as pautas da próxima edição do Jornal Psi, que será a  
238 última desta gestão. Cristina Fernandes relata que, esta semana, encaminharam o espelho  
239 da pauta, para que fosse possível relembrem as seções. Considera que a última edição,  
240 cuja pauta foi deliberada em plenária, ficou muito boa. Assim, é importante a colaboração,  
241 neste momento, com sugestões de pautas. Considerações do plenário: 1) Luciana Stoppa  
242 dos Santos sugere que, considerando que se trata da última edição desta gestão, seria

243 interessante apresentar uma espécie de prestação de contas, trazendo o histórico das  
244 inserções do CRP SP no período. Precisarão eleger, estrategicamente, as principais  
245 ações. 2) Maria Rozineti Gonçalves concorda com a sugestão e entende que isso está  
246 atrelado ao legado que esta gestão deixará, conforme discutiram no Planejamento  
247 Estratégico. Questiona se as seções podem inviabilizar a prestação de contas e se poderia  
248 se tratar de um formato distinto, como uma edição especial. Podem trazer as melhorias,  
249 como a entrada das/os novas/os PATs e as questões de acessibilidade pensadas, o  
250 aplicativo que virá em substituição ao fichário de Resoluções. 3) Cristina Fernandes  
251 comenta que a matéria de capa pode trazer a lógica da prestação de contas e as demais  
252 seções seguirem em tom, mas sem descaracterizar a seção em si. 4) Rodrigo Toledo  
253 sugere que nas seções “Questões Éticas” e “Orientação” tragam as Resoluções que foram  
254 aprovadas no triênio da gestão, com um breve relato. Houve muito material produzido, em  
255 especial de Orientação. “Questões éticas” seria a publicação das penalidades, mas podem  
256 trazer um texto sobre a mediação e da publicação do novo CPD, que até a publicação  
257 dessa edição do Jornal já deve ter sido publicado. Se possível, a cada indicação de nova  
258 resolução publicada, colocar um ‘QR Code’ que abra a Resolução respectiva. 5) Ivani  
259 Francisco de Oliveira aprova a sugestão de Rodrigo Toledo, mas relembra que os links de  
260 ‘QR Code’ do CRP SP não estão funcionando porque a empresa que faz esse serviço não  
261 aceita as formas de pagamento utilizadas pelo CRP. Para que possam ter esse tipo de  
262 inovação, precisam antes inovar internamente as formas de pagamento utilizadas. Pede  
263 que não alterem muito a estrutura do Jornal, já há as seções que não são fixas. Então,  
264 pede que mantenham a estrutura base. Propõe que a seção “Subsedes” seja sobre a nova  
265 subsede, Alto Tietê e, nessa questão, trazer sobre o concurso público, da entrada de  
266 novas PATs e também sobre as ações em Suzano, que faz parte da região da nova  
267 Subsede, a respeito da tragédia na Escola Estadual Professor Raul Brasil. 6) Rodrigo  
268 Presotto indica que precisam também informar sobre a aquisição do novo imóvel da  
269 Subsede Campinas, indicando que ele está em processo de reforma. 7) Cristina Fernandes  
270 relata que na seção “Subsedes” já trazem o Alto Tietê, embora ainda não tenham  
271 informado a data de inauguração. Assim, nesta nova edição, podem trazer um resumo  
272 sobre as questões ligadas às subsedes, como o próprio Alto Tietê e a aquisição do imóvel  
273 de Campinas. Relata que estão produzindo um “Boletim Eletrônico” e que algumas  
274 informações podem ser passadas por meio desse canal, que tem uma produção mais  
275 rápida. Já soltaram um piloto desse boletim. 8) Beatriz Mattos informa que o Núcleo  
276 Psicologia e Deficiência está pensando em divulgar as Oficinas sobre o modelo social da  
277 deficiência, realizada em todas as subsedes. Além de divulgarem via redes sociais,



278 também podem colocar no Jornal. 9) Luciana Stoppa reforça o impacto das oficinas, na  
279 perspectiva de democratização da gestão. Também destacar o que foi feito de  
280 acessibilidade no campo da deficiência. 10) Rodrigo Toledo sugere que seja feito artigo  
281 sobre os vinte anos da Resolução CFP nº 01/99. Indica como possíveis autoras/es do  
282 artigo Sandra Elena Spósito, Paulo Bicalho, Luís Fernando de Oliveira Saraiva ou Ana  
283 Maria Mercês Bock, que foi a presidenta que assinou essa Resolução. Sugere, ainda, um  
284 artigo sobre as ações da gestão, trazendo a questão da transparência, oficinas realizadas,  
285 realização do concurso público e outros. 11) Cristina Fernandes pondera que a segunda  
286 sugestão de artigo de Rodrigo Toledo pode ser, na verdade, o Editorial. 12) Sugere-se que  
287 a seção “Um Dia na Vida” possa ser realizada com as/os PATs do CRP SP ou com  
288 alguma/um psicóloga/o que atue em Suzano, por ser das políticas públicas. 13) Larissa  
289 Ornelas sugere para o “Boletim Eletrônico” que tragam informações sobre o depoimento  
290 especial, porque estão implementando as salas em São Paulo. 14) Rodrigo Presotto indica  
291 que devem dar visibilidade a todas as ações que estão fazendo em termos de estrutura e  
292 processos de trabalho. Entende que pode ser feita uma edição especial, maior, para  
293 contemplar tudo que considerarem importante. 15) Regiane Piva concorda com a proposta  
294 de que a seção “Um dia na vida” seja sobre uma PAT do CRP SP. Entende que devem  
295 priorizar as das subsedes, por terem demandas de COE e COF e, nesse sentido, indica a  
296 PAT de Sorocaba, devido a diversidade de demandas e distância. Também, as PATs de  
297 Assis e Campinas. É importante que a PAT selecionada converse com suas/seus pares.  
298 Caso as trabalhadoras não concordem, podem fazer sobre uma/um psicóloga/o de  
299 Suzano. 16) Sugere-se que a PAT a ser indicada seja selecionada pelo coletivo de PATs  
300 ou que coloquem a questão das PATs como uma matéria e a seção “Um dia na Vida” seja  
301 sobre um profissional de Suzano. 17) Pontua-se que deve ter uma nota sobre compra do  
302 imóvel para a Subsele Campinas. **Encaminhamento:** A Comissão de Comunicação deve  
303 considerar as indicações desta plenária para compor a pauta do Jornal, cuja matéria de  
304 capa trará uma espécie de “prestação de contas” e todas as seções devem trazer essa  
305 perspectiva. **VII) ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS**  
306 **FINANÇAS – APAF (Brasília, 16 a 19 de maio de 2019)** - A conselheira Luciana Stoppa  
307 sugere uma priorização da pauta da APAF considerando que várias/os conselheiras/os do  
308 CRP SP participaram dos GTs nacionais; considerando o impacto das aprovações nesta  
309 última APAF para todo o Sistema Conselhos e o que efetivamente a delegação de São  
310 Paulo deve defender; considerando as resoluções para serem aprovadas, propõe a  
311 priorização das discussões dos GTs e das resoluções. Considerações do plenário: 1) O  
312 conselheiro Guilherme Raggi discorre com relação aos pontos que ficaram sob sua

313 responsabilidade. De maneira geral, esta APAF deve finalizar grande parte das  
314 pendências. Para o CRP SP é muito importante e seria um grande ganho ter a decisão  
315 sobre o ponto relativo às inscrições de Pessoas Jurídicas. O ponto do Cadastro E-Psi é  
316 uma possível prioridade. Neste caso, temos tomado a adimplência como base, mas  
317 entendem que não faz sentido. 2) O conselheiro Rodrigo Toledo considera que sendo a  
318 última APAF desta gestão, pensando no encerramento e fazendo uma avaliação dos  
319 cenários que se tem vivido, deve-se priorizar todos os pontos que de alguma maneira  
320 reforcem as garantias de direitos, quais sejam: (1) Revisão da Política de Orientação e  
321 Fiscalização, que discute as PJs e tem relação com as comunidades terapêuticas. (2)  
322 Especialidade em Avaliação Psicológica (antigo GT Revisão da Resolução CFP 07/2003).  
323 (3) GT Diversidade Sexual e Gênero. (4) GT Políticas para Mulheres. (5) Subsídios para  
324 Produção de material sobre pessoa com deficiência. (6) Referência para atendimento a  
325 pessoa surda no âmbito da saúde. (7) Resolução 18/2002. (8) Resolução MSE. (9)  
326 CREPOP. Todos esses pontos discutem garantia de direitos e defesas deste plenário. A  
327 delegação do CRP SP precisa garantir na APAF a discussão ou manutenção desses  
328 pontos na próxima APAF (dezembro de 2019). Ainda que não seja possível finalizar os  
329 debates, esses pontos devem ficar amarrados para a APAF subsequente - que será  
330 realizada ainda com a atual gestão do CFP. Entende que há uma série de pontos voltados  
331 à organização, como, por exemplo, o ponto sobre Título de Especialista, que é  
332 interessante, mas não reflete a garantia de direitos. **Grupos de Trabalho da APAF -**  
333 **Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de**  
334 **Psicologia** - Regiane Piva comenta que Resolução sobre Pessoa Jurídica teve um longo  
335 percurso. O jurídico do CFP solicitou que não mudassem a Consolidação das Resoluções,  
336 o que gerou muito trabalho. Como são muitas Resoluções, algumas foram encaminhadas  
337 para outros CRPs, como a Resolução de Atendimento Domiciliar. Participaram de uma  
338 reunião do GT Nacional e discutiram a Resolução de Pessoa Jurídica com a colaboração  
339 do GT. Encaminharam aos Regionais e receberam colaborações de todos os CRs.  
340 Ocorreu outra reunião para discutir a questão. O ponto mais polêmico foi a cobrança de  
341 taxas e isenções para algumas categorias. O debate foi, principalmente, entre SP e MG. A  
342 defesa de SP era que já discutissem a questão das taxas de inscrições de PJ, enquanto  
343 MG defendia passar às PJs as despesas com as fiscalizações. São Paulo apresentou uma  
344 preocupação de ordem jurídica, pois não cobram anuidade pelo cadastro, então, não  
345 entendem de que forma seria possível repassar a exigência financeira para um terceiro de  
346 uma obrigação que é do CRP SP, de fiscalização. Alguns funcionários do financeiro  
347 participaram da discussão, bem como o jurídico, para resolver a questão. Rogerio Silva,

348 advogado, os informou que há uma Resolução do CFP que fala sobre taxas e entende que  
349 não há problema em incluírem essa taxa, mas que seria algo que iria em desacordo com a  
350 política que tem de fiscalização. A proposta seria de que a questão fosse discutida no GT  
351 Tesoureiros, mas, posteriormente, descobriram que ele não existe. Então, definiram com a  
352 presença de tesoureiros do Sistema Conselhos e do jurídico do CFP que essa questão não  
353 deveria constar na Resolução. Questiona Guilherme Raggi se isso que realmente o que foi  
354 acordado. Guilherme Raggi pondera que ao longo desta gestão aconteceram muitos casos  
355 como esse, principalmente advindos dos CRs menores, que desejam colocar taxas em  
356 várias coisas. Também não havia entendido essa questão em particular, mas dialogou com  
357 o CFP e o que ficou combinado era que cada Regional pudesse organizar uma Resolução  
358 Regional sobre o assunto - o que é possível dentro do ponto de vista da legislação.  
359 Postergaram, assim, o problema. Regiane Piva informa os argumentos do jurídico,  
360 indicados há duas semanas, para que a questão sobre PJ fosse retirada da APAF: 1) não  
361 alteraram a Resolução a 03/2017; 2) citam o CPD, sendo que novo CPD ainda não foi  
362 publicado; 3) citam uma Resolução sobre CTs que também não foi publicada (cuja inclusão  
363 foi solicitada pelo CRP PR); 4) indicaram que cada Regional poderia indicar quais  
364 documentos exigiriam. Mas, o jurídico informou que não é possível fazer dessa forma, com  
365 cada Regional fazendo sua própria regulamentação. Argumentou que o CRP SP não tinha  
366 objeção entre retirarem da pauta da APAF ou fazer as alterações na Consolidação. Porém,  
367 a preferência era que fosse mantida como alteração na Resolução. Com relação ao CPD,  
368 consideraram importante o registro de PJ, que fala sobre Processo Disciplinar Ordinário  
369 (PDO). Defendeu que copiassem o texto do CPD a respeito do tema nessa Resolução. Se  
370 fossem manter a Consolidação, não seria necessário citar o CPD, pois, quando o novo  
371 CPD for publicado, precisariam alterar o que consta na Consolidação. Em relação aos  
372 documentos, entende que é importante garantir as especificidades das regiões. Se  
373 possível, que o jurídico encaminhe o Parecer para APAF, dizendo o porquê não garantiu  
374 essa questão. Para ela, não devem citar o CPD na Consolidação, ainda que não pautem a  
375 Resolução de PJ. O que estará pautado na APAF é uma Resolução, mas não teve tempo  
376 para comparar para ver o que mudou. Como estará na APAF, tentará fazer esse  
377 comparativo esta semana, para verificar se há algum ponto que merece destaque. Essa  
378 minuta tem algumas alterações do Jurídico. Apenas conseguiu observar que citam “CPD  
379 que estiver vigente”. **Grupos de Trabalho da APAF - Evidenciar a Resolução nº**  
380 **018/2002 (Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a**  
381 **preconceito e discriminação racial)** - A conselheira Ivani de Oliveira refere que o GT da  
382 Resolução CFP 18/2002 apresentará o resultado do lançamento da Campanha Nacional

383 Todo Racismo é uma forma de Violência que aconteceu em São Paulo, no auditório deste  
384 CRP SP, dia 14 de novembro de 2018, e se estendeu para a realização do CBP. Porém,  
385 quando foi lançada na Subsede, houve solicitação para que todos os regionais replicassem  
386 a Campanha, e isso se tornou ação do Relações Étnico-raciais nas dez subsedes, com a  
387 confecção de materiais para ampla divulgação. Está sendo feito o lançamento em diversos  
388 territórios do estado. Recomenda à delegação do CRP SP na APAF que informe que  
389 nossas Subsedes estão fazendo o lançamento da Campanha de acordo com as  
390 características territoriais, porque é uma variedade muito grande de materiais que indicam  
391 para reproduzir: cartaz, folder, camiseta, etc., o que é oneroso. Estão sendo feitos ajustes  
392 no orçamento. Até o momento foram realizados lançamentos nas subsedes Baixada  
393 Santista e vale do Ribeira (04/05/18); Campinas (13/05/18). Previsões de datas para os  
394 próximos: Bauru em 22/05/18, Ribeirão Preto em 06/06/18, Metropolitana em 22/06/18,  
395 Sorocaba em 25/07/18 e Grande ABC em 27/07/18. O GT nacional também irá apresentar  
396 na APAF uma proposta de discussão de um selo relacionado a década do  
397 afrodescendente, estipulada pela ONU, que deve ir até 2024. A ideia é que o material do  
398 CRP SP saia com um selo comemorativo, a exemplo do realizado para comemoração dos  
399 50 anos da Psicologia. **Grupos de Trabalho da APAF - Laicidade e Psicologia -**  
400 **Guilherme Raggi** comenta que foi feita nota técnica sobre exercício profissional. Considera  
401 a Nota excelente e indica a aprovação. Luiz Berni tem feito a representação do CRP SP  
402 nesse grupo. O GT ficou bastante tempo parado, mas agora produziu essa nota. **Grupos**  
403 **de Trabalho da APAF - Políticas sobre álcool e outras drogas -** A conselheira Regiane  
404 Piva elucida que a APAF deve apreciar os pontos divergentes da minuta de Resolução  
405 sobre a inscrição de pessoa jurídica de instituições e serviços residenciais de caráter  
406 transitório, elaborada pelo GT de Políticas sobre Álcool e Outras Drogas. Após a APAF de  
407 dezembro de 2018, deu-se continuidade às atividades e diálogos do GT de Políticas sobre  
408 Álcool e Outras Drogas, que finalizou uma minuta de Resolução sobre a inscrição de  
409 pessoa jurídica de instituições e serviços residenciais de caráter transitório, apreciada  
410 durante a APAF de dezembro de 2018. Contudo, após a APAF, em análise da minuta  
411 aprovada, a equipe técnica do CFP identificou trechos divergentes da versão original do  
412 documento, que não foram especificamente apreciados e aprovados pela APAF. Assim, o  
413 CFP está repautando a minuta nesta APAF, de modo que haja a apreciação da última  
414 versão, apenas no que tange esses pontos divergentes da versão original. Dessa forma,  
415 não deve haver muita discussão na APAF. Recomenda à delegação de São Paulo que  
416 caso haja algo divergente do que defendem, daquilo que consta na tabela comparativa,  
417 alertem durante o debate. A defesa deve ser com base na aprovação da matéria na APAF

418 de dezembro de 2018. **Grupos de Trabalho da APAF - Demandas do Judiciário e**  
419 **Ministério Público aos Psicólogos que Atuam nas Políticas de Saúde e Assistência**  
420 **Social** – A conselheira Larissa Ornelas conta que o tema está sendo repautado. Há no GT  
421 uma discussão sobre a possibilidade de revisão textual deste documento, que foi passado  
422 na plenária do CFP, mas não na APAF, e também discussão sobre como lidar com as  
423 novas demandas. O coordenador do NAS, Alexandre Angelo, encaminhou por e-mail o  
424 seguinte subsídio: *“No estado de SP o coletivo de gestores municipais da assistência*  
425 *social (Frente Paulista de Gestores) pautou na CIB (Comissão Intergestora Bipartite), junto*  
426 *à gestão estadual da assistência, a necessidade de um posicionamento a respeito do*  
427 *procedimento da escuta especial no âmbito do SUAS, em que tal coletivo de antemão se*  
428 *posicionou contrário ao procedimento nos equipamentos da assistência social. Com isso*  
429 *foi formado um GT específico à escuta no qual o CRP SP e o CRESS SP foram*  
430 *convidados e participaram do GT para formulação de uma nota técnica de pactuação da*  
431 *instância estadual e municipal de gestão do SUAS. Desse GT foi construída a portaria CIB-*  
432 *SP 19/12/18 que ratificou que o procedimento de depoimento e escuta especial nos termos*  
433 *da lei 13.431 não são atribuições da política de Assistência Social. Em paralelo em outubro*  
434 *de 2018 foi publicada o Comunicado Conjunto nº 1948/2018 Corregedoria Geral da Justiça*  
435 *e Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São*  
436 *Paulo que em seu conteúdo se posiciona que "A escuta especializada NÃO é atribuição*  
437 *das equipes técnicas do Poder Judiciário, formada por psicólogos e assistentes sociais, e,*  
438 *por isso, deve ficar a cargo exclusivo dos órgãos de assistência social, assistência à*  
439 *saúde ou polícia e seus respectivos técnicos. Também não compete às equipes técnicas*  
440 *do Poder Judiciário (psicólogos e assistentes sociais) participar de avaliação*  
441 *interdisciplinar no bojo de inquérito policial".* **Grupos de Trabalho da APAF - Atuação da**  
442 **Psicologia no Contexto de Medidas Socioeducativas** - A conselheira Maria Mercedes  
443 Guarnieri enviou informação ao Plenário, via Diretoria. Para ela, a prioridade é o ponto das  
444 medidas socioeducativas. Foi enviada justificativa há mais de um ano para essa discussão,  
445 o que foi acolhido no GT de Medidas Socioeducativas. com pedido de elaboração de  
446 resolução para atuação de psicólogas nas medidas socioeducativas. O GT está  
447 elaborando a minuta desta resolução que precisa ser apreciada na APAF, para atender a  
448 demanda da categoria. A ideia é que após apresentação do documento na APAF, a minuta  
449 seja remetida aos CRPs, a fim de que façam suas contribuições e, depois, retornará à  
450 APAF, para aprovação. Foram citadas mesas sobre o assunto que serão expostas no  
451 Seminário da Ulapsi, em Recife. A avaliação é que houve avanço, principalmente no que  
452 tange ao clamor das psicólogas do Estado de São Paulo e dos demais estados da região

453 Sudeste. Esta ação foi prevista no COREP e CNP. **Grupos de Trabalho da APAF -**  
454 **Atuação da Psicologia no Sistema Prisional** – Mary Ueta encaminhou, por e-mail, o  
455 seguinte texto de subsídio: “A GT Sistema Prisional, a qual eu faço parte, tinha a tarefa de  
456 realizar a pesquisa junto ao CREPOP com psicólogas(os) que atuam no sistema Justiça e  
457 a publicação do material. Foi realizada a pesquisa via consulta pública, solicitando às  
458 psicólogas preencherem a pesquisa on-line. O GT reuniu-se em outubro/18 no CFP, e  
459 convidamos psicólogas(os) de todos os estados para nos relatar boas práticas do trabalho  
460 da Psicologia no Sistema de Justiça. No final do ano a coordenadora do GT nos consultou  
461 de contratar uma universidade/empresa/núcleo de pesquisa para fazer a compilação dos  
462 dados, para fazer a análise quantitativa e qualitativa da pesquisa para posterior publicação  
463 do material. Creio que chegamos ao final dos trabalhos deste GT. Não recebi mais nenhum  
464 e-mail ou informações a respeito deste GT”. **Grupos de Trabalho da APAF - Estudo e**  
465 **elaboração de uma proposta de implantação de nova Carteira de Identidade**  
466 **Profissional de Psicólogo** - A conselheira Larissa Ornelas informa sobre o GT da nova  
467 CIP. A proposta de implantação de nova Carteira de Identidade Profissional de Psicólogo  
468 encontra-se em processo de licitação. A empresa será contratada até junho de 2019.  
469 Também está sendo feita uma discussão sobre a inscrição secundária, por meio de um GT  
470 específico. **Grupos de Trabalho da APAF - Revisão da Resolução CFP n. 11/2012**  
471 **(Serviços psicológicos Mediados por TICs)** - Guilherme Raggi conta que o GT já  
472 encerrou o trabalho e apenas fará a apresentação final do trabalho realizado. Não há  
473 posicionamento a ser tomado. **Grupos de Trabalho da APAF - Revisão da Resolução n.**  
474 **13/2007 (Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de**  
475 **Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu**  
476 **Registro)** - Monalisa Muniz Nascimento encaminhou, por e-mail, subsídio sobre o ponto:  
477 “Problemática: O GT de Especialidades foi criado na APAF de dezembro de 2017 com o  
478 objetivo de rever a Resolução CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007. Formado pelos  
479 CRPs 04, 08, 09, 13, 20 e o CFP, o GT reuniu-se seis vezes para trabalhar em uma nova  
480 resolução que se adequasse frente às novas realidades. A alternativa proposta é restringir-  
481 se às leis federais sobre a Psicologia, de modo que a segurança jurídica do novo texto seja  
482 maior. Pretende-se dar o viés de documentações referentes à comprovação da prática  
483 profissional, e não acadêmica; procura-se distinguir especialidade, especialista e  
484 especialização; as palavras título e titulação não aparecerão nenhuma vez na nova minuta  
485 a fim de não haver confusão com títulos acadêmicos; e será retirada a categoria de  
486 concessão de títulos após reconhecimento de nova especialidade. A minuta será avaliada  
487 pela Assessoria Jurídica do CFP e as ementas e outros formulários serão elaborados.

488 Posicionamento CRP/06: Favorável à continuidade dos trabalhos do GT, que caminhou  
489 bastante, propondo novo texto para a Resolução de forma a minimizar o prejuízo causado  
490 por não mais existir os cursos reconhecidos pelo CFP. Uma das principais mudanças é o  
491 aumento dos critérios e esses pautados na comprovação da prática. Indica Maria Cristina  
492 Pellini para ser consultada e fazer parte do GT". Manifestações do plenário: 1) Considera-  
493 se que a grande preocupação em relação aos critérios para essa nova resolução são as  
494 implicações. De que forma, as políticas públicas ou a categoria/sociedade lidará com uma  
495 resolução que estabelece uma especialidade. O GT criou os critérios para concessão do  
496 título pensando nas "competências". 2) Havia uma preocupação relacionada a existência  
497 do título: sobre como seriam os critérios e as condições que estariam no título, inclusive  
498 pensando no profissional que atua nas políticas públicas e lida com os pedidos de  
499 avaliação e de laudo constantemente do judiciário. O grupo responsável pela elaboração  
500 da minuta, à época, foi acolhedor com a preocupação indicada e reformulou o documento.  
501 Foram retiradas questões sobre o que é a avaliação, que ferramenta utilizar, como fazer as  
502 citações de testes específicos necessário numa avaliação, dados estatísticos ou de  
503 conceitos matemáticos. 3) Foi explicitada preocupação, também, em relação a pessoa  
504 precisar entender de teste para ser especialista em avaliação psicológica, dadas as várias  
505 formas existentes. Defende-se a elaboração de uma minuta mais ampla que considere as  
506 outras formas de saber da Psicologia durante uma avaliação psicológica. 4) Falou-se que a  
507 Resolução CFP 009/2018 cita pontos fundamentais referentes à avaliação psicológica. É  
508 preciso ampliar o debate de forma mais específica, delineada, sobre o que seria o  
509 processo de avaliação psicológica e uma análise psicológica, que não pode ser confundida  
510 com o processo da avaliação psicológica. Qualquer processo seja ele sumário ou mais  
511 sistematizado é avaliação psicológica. O processo de um psicodiagnóstico longo ou mais  
512 encurtado é avaliação psicológica. Essa diferenciação não consta na literatura da  
513 avaliação psicológica. Por isso, é importante que se inicie a discussão da avaliação que  
514 atualmente está em locais que antes não aparecia. Recorda-se que a avaliação psicológica  
515 surgiu na clínica, totalmente em escola. O plenário decidiu a realização de discussão  
516 pioneira, internamente. Propõe-se à COF que chame reuniões com a finalidade de debater  
517 a avaliação psicológica, apresentando proposta ao plenário oportunamente. **Grupos de**  
518 **Trabalho da APAF - Tecnologia da Informação** - Guilherme Raggi conta que o CRP-06 -.  
519 As atividades são, basicamente, a licitação do Siscaf, que já foi feita. Também a questão  
520 do SEI e, aparentemente, desejam fazer um Portal dos atos oficiais aos CRPs. **Proposta**  
521 **de alteração da Resolução CFP nº 013/2007** – Monalisa Muniz Nascimento encaminhou  
522 subsídio sobre o ponto: "Solicitação: Sugere-se: 1) *publicar nova normativa relativa ao*

523 *Título Profissional de Especialista em Psicologia; 2) retirar a obrigatoriedade de dois anos*  
524 *de registro de classe para os casos de homologação de curso de pós-graduação latu*  
525 *sensu; 3) manter a obrigatoriedade de dois anos de registro de classe para o edital do*  
526 *concurso de provas e títulos do CFP; 4) retificar a carga horária mínima exigida para 360*  
527 *horas, pareando o ordenamento ao preconizado pelo Conselho Nacional de Educação.*  
528 *Problemática: O(a) psicólogo(a) que ainda não possui dois anos de registro no CRP,*  
529 *quando do pedido de reconhecimento do título de especialista em Psicologia do Trânsito,*  
530 *tem recebido resposta de indeferimento do pleito e, quando o curso de pós-graduação*  
531 *possui carga horária inferior às 500 horas preconizadas pelo CFP, tem recebido*  
532 *deferimento sub judice (Ministério Público Federal de Minas Gerais, por meio Ação Civil*  
533 *Pública nº 5994-36.2013.4.01.3800, em trâmite na 20ª Vara Federal da Seção Judiciária de*  
534 *Minas Gerais). O indeferimento prejudica a continuidade do processo de credenciamento*  
535 *profissional junto aos órgãos executivos de trânsito, conforme exigência da Resolução nº*  
536 *425/2012-Contran. Posicionamento CRP/06: Resposta por ponto: 1) A APAF tem um GT*  
537 *trabalhando para propor nova Resolução sobre Título Profissional de Especialista em*  
538 *Psicologia; 2) e 3) para a quantidade de anos de registro é preciso primeiro compreender a*  
539 *necessidade dos dois anos, e a partir disso ter uma regra igual, como é hoje, para as*  
540 *modalidades de pedido; e 4) a princípio, contra, mas por causa da Ação Civil Pública do*  
541 *MP de MG, é a decisão com menos prejuízos para a categoria, mas não para a*  
542 *sociedade”. **Proposta de Alteração da Resolução CFP nº 001/2019** - Monalisa Muniz*  
543 *Nascimento encaminhou subsídio sobre o ponto: “Solicitação: Analisar e deliberar proposta*  
544 *de alteração da Resolução CFP nº 001/2019. Problemática: Considerando os diversos*  
545 *tipos de instrumentos de atenção disponíveis para uso; considerando a autonomia do*  
546 *profissional na escolha dos testes psicológicos validados pelo CFP; considerando a Nota*  
547 *Técnica CFP Nº 001/2011, que preconiza a aferição de, no mínimo, três tipos diferentes de*  
548 *atenção para avaliações no contexto do trânsito; considerando que a avaliação de traços*  
549 *de personalidade está além da análise da impulsividade, agressividade e ansiedade;*  
550 *considerando que a perícia psicológica é uma das etapas do processo de habilitação (art.*  
551 *140/CTB), sugere-se uso do texto anexo para debate e publicação de nova normativa que*  
552 *atenda melhor os profissionais que atuam na avaliação psicológica para o trânsito.*  
553 *Posicionamento do CRP/06: O texto não está em anexo, mas cabe uma melhor análise*  
554 *para verificar se realmente tais apontamentos de mudanças irão atender melhor os*  
555 *profissionais e a sociedade. Como a nova Resolução acabou de ser aprovada, será*  
556 *importante primeiro identificar as consequências dela na prática para depois se decidir por*  
557 *alguma ação de modificação. Concluindo, o CRP-SP é favorável ao debate, mas não a*



558 *publicação da nova normativa nesse momento”*. **Produção de material subsídio que**  
559 **oriente as psicólogas sobre atuação com pessoas com deficiência** - Luciana Stoppa  
560 comenta que foi pauta da reunião de diretoria do dia anterior um e-mail que falava sobre  
561 isenção de anuidade e CIP acessível. Bia Mattos informa que havia uma questão relativa à  
562 CIP ser acessível à pessoa com deficiência, que precisa verificar se Mirnamar Pagliuso  
563 encaminhou à Diretoria. Mas, Luciana Stoppa diz não se recordar se a nova CIP foi  
564 aprovada com esse critério. Guilherme Raggi conta que será um cartão e que havia alguns  
565 critérios. Rodrigo Toledo complementa que há um Decreto Federal sobre documentos  
566 profissionais. **Mídia e Psicologia – Os Conselhos de Psicologia e a Democratização da**  
567 **Comunicação** - A conselheira Ivani Francisco informa que não tem recebido informações  
568 a respeito do GT e de ações. Tem-se discutido a respeito da próxima Revista Diálogos,  
569 que terá como tema avaliação psicológica. Nesse sentido, solicita indicação ao Plenário de  
570 psicóloga com deficiência, algum profissional com deficiência para falar sobre a avaliação  
571 psicológica nessa edição da Revista Diálogos. A última que o CRP SP participou foi sobre  
572 a Psicologia do Esporte, com o ex-conselheiro Fabio Silvestre. O CRP SP precisa indicar  
573 uma profissional com deficiência para fazer a discussão a respeito da avaliação  
574 psicológica, e possivelmente também indicar oficinas, se concordarem. **Polícia Nacional**  
575 **Práticas Integrativas e Complementares – PNPICS** - Guilherme Raggi conta que não há  
576 acúmulo do Sistema Conselhos sobre isso. Teoricamente, a ideia é atualizar o  
577 posicionamento do Sistema Conselhos. Sugere que reforcem o trabalho do GT de  
578 construção do observatório de Políticas Públicas. São dois eixos importantes: 1)  
579 diferenciação das questões do atendimento no SUS; e, 2) questão científica do fomento.  
580 Precisam se debruçar sobre isso enquanto sistema. Precisam atualizar as PICs, mas ainda  
581 é preciso ver a forma de fazer isso. **Prestação de Contas do CFP - Exercício 2018 –**  
582 Guilherme Raggi conta que não tem nada que chame atenção. Arrecadaram um pouco  
583 menos do que o previsto, mas tiveram menos gastos. Nada de relevante a ser apontado.  
584 **Teto Anuidades 2020** - Guilherme Raggi pontua que a proposta está em conformidade  
585 com a lei e, assim, não há como alterarem. Apenas informarão na APAF os valores, pois  
586 precisam utilizar o índice exato do dia. **Critérios para Criação e Funcionamento dos GTs**  
587 **de APAF** - Guilherme Raggi comenta que darão parâmetros e critérios para composição  
588 dos GTs. O CFP tem a sugestão de criação de uma resolução que regule o funcionamento  
589 de GTs. Destaca que alguns pontos são problemáticos. O CFP entende que precisam ser  
590 compostos por 6 integrantes, sendo um deles o CFP e um representante de cada região.  
591 Com certeza, haverá objeção, especialmente por parte dos CRs menores, do Nordeste. Na  
592 criação dos GTs devem considerar os CRs que possuem comissões que discutam o tema,

593 o que, às vezes, pode ser muito desigual. Para o CRP SP não fará diferença, mas para  
594 esses CRs ficará complicado. Outra questão é o prazo em que podem ser prorrogados de  
595 uma APAF para outra. Algumas tarefas não são realizáveis nesse tempo. O CRP SP  
596 compõe 8 GTs e alguns CRs grandes também estão em muitos desses GTs. Mas, alguns  
597 GTs não têm realizado as tarefas. Essas questões podem prejudicar GTs que possuem  
598 tarefas muito complexas. **Documento da Abrap sobre Reconhecimento e Qualificação**  
599 **do Psicoterapeuta** – A coordenadora do Núcleo Psicoterapias, Sarah Teixeira, em nome  
600 do Núcleo, encaminhou o seguinte texto como subsídio para esse ponto: “O Núcleo  
601 *Psicoterapias iniciou sua parceria com a Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP)*  
602 *no ano de 2017, quando o representante Roberto Guerreiro, coordenador do núcleo à*  
603 *época, participava das reuniões ocorridas às quartas-feiras, contribuindo com a discussão*  
604 *sobre definição de psicoterapias, bem como seus métodos e práticas. No ano de 2018,*  
605 *com o afastamento do coordenador, o núcleo ficou inativo, perdendo o avanço da*  
606 *discussão. O Núcleo Psicoterapias retomou suas atividades em novembro de 2018 sob a*  
607 *coordenação da conselheira Suely Ortiz e vem se reestruturando, contando com poucos*  
608 *membros ativos até o momento. Desde então, conforme elencado no Planejamento*  
609 *Estratégico, temos tido como principal pauta as ações que aproximam a categoria, como o*  
610 *debate sobre Saúde Suplementar. Também fomos convocados a compor o debate*  
611 *levantado pela ABRAP, especificado abaixo: 1 - Baseado no projeto apresentado pela*  
612 *ABRAP o CFF realizou, dia 07 de dezembro de 2018, o Diálogo Digital “Conversando*  
613 *sobre psicoterapia e a formação da(o) psicoterapeuta”. 2 - A ABRAP produziu o documento*  
614 *em anexo denominado: ‘Reconhecimento e qualificação do psicoterapeuta: condições para*  
615 *a formação especializada’. 3 - Para aprofundar as discussões deste documento, o CFP*  
616 *promoveu um seminário dia 28 de abril de 2019 em Brasília/DF, no qual participou nosso*  
617 *representante Davi Rodriguez Ruivo Fernandes (CRP 06/118838). 4 - O Núcleo*  
618 *Psicoterapias de São Paulo, em atenção ao Ofício Circular nº 55/2019, sublinha cuidado*  
619 *com o breve prazo que tivemos para que os territórios se manifestassem a respeito do*  
620 *documento produzido pela ABRAP. 5 - Esta pauta é permeada pela discussão sobre a*  
621 *prática da (o) Psicoterapeuta no Sistema Conselhos há mais de dez anos, desde 2009,*  
622 *neste, congregado o Ano da Psicoterapia pelo CFP. 6 - A partir das breves discussões que*  
623 *tivemos, consideramos tratar de um tema complexo, sendo assim, é da compreensão*  
624 *deste Núcleo Psicoterapias que seria pouco insalubre para a Psicologia esgotar a pauta*  
625 *sem antes dispormos de amplo envolvimento do Estado de São Paulo, enfatizando que*  
626 *este agrega um contingente equivalente a um terço da categoria nacional. Precisamos*  
627 *também dos relevantes intercâmbios de debates e diálogos com os demais Conselhos*

628 Regionais. 7 - O fato da nota da ABRAP fazer poucas referências à formação dos  
629 profissionais da Psicologia como critério qualificador do exercício da Psicoterapia, amplia a  
630 margem das divergências de opinião, dos que defendem a não abertura desta área para  
631 outros cursos, bem como os que defendem a exclusividade desta prática à Psicologia. 8 -  
632 Entendemos que não existe legislação que denote como prática privativa exclusiva da(o)  
633 Psicóloga(o), gerando inquietudes sobre às possíveis banalizações da atuação em  
634 psicoterapia, colocando riscos práticos na fiscalização do exercício profissional e nos  
635 cuidados à saúde mental. 9 - Assim, precisamos dialogar sistematicamente sobre o tema,  
636 dentro do supracitado e nas trocas com as demais instâncias que colaboram com a  
637 categoria, para então poder contribuir com parecer significativo”. **Textos Sobre Alienação**  
638 **Parental** - A conselheira Larissa Ornelas explica que o CFP acabou de produzir um  
639 caderno, fez uma junção de vários textos sobre a Lei Alienação Parental (Lei 12.318/10).  
640 Tem sido um problema porque o caderno apresenta posições muito diversas, bem  
641 contrárias do que vem sendo discutido no Núcleo de Justiça. A ideia é que esse caderno seja  
642 subsídio para todos os CRPs fazerem a discussão em seus territórios com relação a Lei da  
643 Alienação Parental. Em São Paulo estão sendo realizados eventos sobre a matéria.  
644 Algumas Subsedes, onde foram discutidas posições, ficaram preocupadas com o texto que  
645 tem neste caderno do CFP - que será exposto para aprovação na APAF. Assim, é preciso  
646 olhar com cuidado para este ponto. A defesa é que a alienação parental como está, nos  
647 laudos feitos pelo Tribunal de Justiça, tem causado muito sofrimento. Várias assistentes  
648 técnicas do Judiciário têm se valido dessa lei para alegar a alienação parental e tem sido  
649 uma forma de violência, principalmente com as mulheres nos processos de guarda. Há um  
650 grupo de psicólogas/os que trabalha na defesa de homens em processo de guarda  
651 alegando a alienação parental, enquanto posicionamento, e até um pouco criminalizando.  
652 Enfim, uma postura muito complicada principalmente com as mulheres. O que se tem de  
653 relato do judiciário é que é muito maior o número de homens que acusam mulheres de  
654 alienação parental. Em São Paulo, também há um grupo de psicólogas que faz defesa  
655 dessa legislação, e uma das pessoas que escreve o caderno de textos do CFP, que é de  
656 São Paulo, é assistente técnica e perita no TJ. A posição do Núcleo de Justiça é contra a  
657 forma com que esta pessoa vê a legislação, como ela aborda e como está escrito no  
658 caderno. O núcleo manifesta sua preocupação sobre como está essa discussão nos outros  
659 CRs. É preciso ter um debate mais qualificado. Há toda uma história com a violência da  
660 alienação parental que não está sendo considerada. Entende que a discussão dos textos  
661 deve ocorrer na APAF. A alienação parental também é um fenômeno social, não uma  
662 questão de sim ou não na relação, passa por uma patologização daquela mãe e daquela

663 relação. Isso que tem acontecido diversas vezes. Que essa discussão não seja recortada.  
664 A conselheira Regiane Piva reforça que na APAF estará pautada a proposta do CFP de  
665 fazer eventos nos CRPs com determinado formato. O CRP SP teve acesso aos textos,  
666 mas ainda não são públicos, o que torna delicado expor na APAF. A intenção do CFP é  
667 fazer um compilado dos textos que existem. Sugere que na discussão desta pauta, a  
668 delegação do CRP SP possa dizer sobre os motivos que consideram importantes a  
669 respeito da alienação parental, apontando o cuidado desse debate. O CRP SP falará que  
670 já começou a fazer os eventos, para não se inserir nesse modelo. Parece que a intenção  
671 do CFP era levar os vários posicionamentos da discussão que existe em relação à  
672 alienação parental, fazer um compilado. Por isso, foram encomendados os textos, para  
673 que a discussão acontecesse no Brasil. É preciso certa delicadeza ao apresentar o  
674 posicionamento contrário de São Paulo em um lugar como a APAF, gravada e transmitida.  
675 Sugere que pensem nos tópicos/motivos considerados importantes aos CRPs para  
676 discutirem sobre alienação, por exemplo: a criminalização das mulheres. **PLATAFORMA**  
677 **E-PSI** – Guilherme Raggi, sobre a questão da adimplência, que está sendo utilizada como  
678 base para o cadastro, pondera que houve discussão e pensaram em como fazer para que  
679 cada regional possa regulamentar algumas coisas específicas. Para São Paulo, não é  
680 importante arrecadar dessa forma, garantindo as verbas da inadimplência de sua base de  
681 psicólogos, mas, para CRs menores é. Sugeriram indicar a importância dessas questões  
682 para o Sistema. O CRP SP e alguns outros CRs não fariam essa cobrança. Mas, o  
683 Sistema não permite diferenciação e estão tendo grande trabalho para avaliar a  
684 adimplência. Em uma conversa com o coordenador administrativo financeiro, Diógenes  
685 Pepe, recuperaram um documento do MP de que não podem barrar pessoas por serem  
686 inadimplentes e encaminharam ao CFP. Com isso, decidiram que será preciso mudar o  
687 sistema e concordam com esse posicionamento. Não há interesse do CRP SP de a  
688 inadimplência seja uma questão que impeça os profissionais, neste caso. **Criação de**  
689 **Grupo de Trabalho para Discussão de Normas e Regras da Avaliação Psicológica**  
690 **para a Concessão de Registros e/ou Porte de Arma de Fogo** - Monalisa Muniz  
691 Nascimento encaminhou subsídio sobre o ponto: *“Solicitação: Deliberar a aprovação de*  
692 *criação de um grupo de trabalho com a finalidade de discutir sobre normas e regras da*  
693 *avaliação psicológica para a concessão de registros/porte de armas de fogo. Problemática:*  
694 *Atualmente novos decretos que dispõem sobre a avaliação psicológica veem sendo*  
695 *sancionados pelo presidente da república causando grande preocupação por parte deste*  
696 *regional com as práticas de avaliação psicológicas e a regulamentação destas. Não se*  
697 *pode deixar que órgãos que não detenham conhecimento técnico na área, regulamentem*

698 *uma atividade exclusiva da psicologia. Posicionamento do CRP/06: De acordo com a*  
699 *aprovação do GT entendendo que a Psicologia é parte integrante e necessária nessa*  
700 *discussão, uma vez que a avaliação psicológica está sendo objeto de mudanças”.*  
701 **Referências Técnicas e Éticas para Atendimento à Pessoa Surda no Âmbito da**  
702 **Saúde** - Luciana Stoppa comenta que estará na APAF, bem como Maria Rozineti e que  
703 poderão explanar sobre o assunto. Irão consultar o Núcleo. **Encaminhamento:** As/Os  
704 delegadas/os do CRP SP na APAF devem considerar as discussões realizadas nesta  
705 plenária, como subsídios para as defesas deste CRP. O Departamento de Secretaria deve  
706 preparar o registro dessa discussão para subsidiar a delegação. **VIII) RECOMPOSIÇÃO**  
707 **DAS COMISSÕES GESTORAS, PERMANENTES, NÚCLEOS TEMÁTICOS, GTs E**  
708 **REPRESENTAÇÕES EM ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL** – Apresenta-se a proposta  
709 de aprovação em bloco das recomposições sugeridas. **Encaminhamento:** O plenário  
710 aprova em bloco as seguintes recomposições: Subsede Campinas – Alteração de membro  
711 para subcoordenador da Comissão Gestora de Gamaliel Vicente Rodrigues (06/91983).  
712 Comissão de Orientação e Fiscalização – São José do Rio Preto – Exclusão das/os  
713 colaboradoras/es Ana Paula Cypriano (06/84855), Sblandiano Junqueira Macri (06/87321)  
714 e Vanessa Gimenez (06/95188). Sede - Inclusão, como membra, de Elaine Gomes dos  
715 Santos (06/149249). Núcleo Justiça - Subsede Assis – Inclusão de Gilmar Betini  
716 (06/57375) como membro. Núcleo Saúde – Subsede Bauru – Exclusão da membra Jéssica  
717 Rodrigues Rosa (06/79301). **IX) Criação do GT Práticas Integrativas Complementares**  
718 **em Saúde – PICS** – Guilherme Rodrigues Raggi Pereira informa a proposta de criação do  
719 GT Práticas Integrativas Complementares em Saúde – PICS, devido à necessidade de  
720 discussão sobre as Práticas Integrativas Complementares em Saúde no contexto das  
721 políticas públicas. Foi realizada reunião em 01 de março de 2019 para aproximação inicial  
722 e identificação de demandas. Indica-se como membras/os: Amanda Seraphico Carvalho  
723 Pereira da Silva (06/149606), Annie Louise Saboya Prado (06/86192), Luciane de Andrade  
724 Barreto (06/62918-5), Maria Mercedes Whitaker Kehl (06/59560), Mércia Gomes  
725 (06/138479), Sissy Veloso Fontes (06/153219), Thamyris Moreira de Sousa Dias  
726 (06/146012), Rodrigo Toledo (06/90143), Adriana Fabozze (06/76934), Andrea Romero  
727 (06/146579) e Regiane Aparecida Piva (06/52183). **Encaminhamento:** O plenário aprova  
728 a criação do GT Práticas Integrativas Complementares em Saúde – PICS, com a  
729 composição indicada. Deve-se comunicar o Núcleo Saúde e o Núcleo Psicoterapias sobre  
730 a formação desse GT. **X) PONTOS NÃO DISCUTIDOS QUE SERÃO REPAUTADOS** –  
731 Não houve tempo hábil para discussão dos seguintes pontos de pauta, que serão  
732 repautados na próxima Plenária Ordinária: **a)** Comissão de Ética – SEI na COE; **b)**

733 Comissão de Orientação e Fiscalização – COF (ponto permanente); **c)** Assuntos  
734 Financeiros - Prestação de Contas 2018; Comissão de Sindicância 001/18 (Registro  
735 Duplicado de Psicóloga) - Apresentação do Relatório Final; **d)** Comissão de Políticas  
736 Públicas - Observatório de Políticas Públicas, Pesquisa RAPS, CRP e Ouvidoria das  
737 Policiais Suicídio Policiais, Série de animações Controle Social e CREPOP Nacional; e, **e)**  
738 Núcleo de Psicologia e Relações Etnicorraciais. Nada mais havendo a tratar, a senhora  
739 conselheira vice-presidenta Larissa Gomes Ornelas Pedott, deu por encerrada a sessão às  
740 14 horas e 03 minutos, da qual eu, conselheiro tesoureiro, Guilherme Rodrigues Raggi  
741 Pereira, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinado. São Paulo, 11 de maio  
742 de 2019.

---

Edgar Rodrigues

---

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

---

Larissa Gomes Ornelas Pedott

---

Luciana Stoppa dos Santos

---

Maria Rozinetti Gonçalves

---

Monalisa Muniz Nascimento

---

Regiane Aparecida Piva

---

Reginaldo Branco da Silva

---

Rodrigo Toledo

---

Beatriz Marques de Mattos

---

Ivana do Carmo Souza

---

Ivani Francisco de Oliveira

---

Rodrigo Fernando Presotto